

E AS MUSAS SE RIEM: PROBLEMAS SOBRE A METAFICCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA

Frederico Fernandes*

Eudes Fernando Leite**

RESUMO: Este artigo trata da relação entre História e Literatura ao longo da segunda metade do século XX e primeiros anos do século XXI. Ele encontra-se dividido em duas partes: “Cartografia da Atração” e “Cartografia da Disjunção”. Na primeira parte, são enfatizadas as ideias de Roland Barthes e Hayden White sobre a relação entre História e Literatura. Os dois autores compreendem a História como um artefato literário, bem como criticam a ideia de “discurso científico” na narrativa historiográfica. A narrativa e os tropos linguísticos (como metáfora e metonímia) são enfatizados na análise deles. Em “Cartografia da Disjunção” alimentamos o debate com autores como Luiz Costa Lima e Roger Chartier, entre outros, que compreendem a História como uma narrativa específica, diferente da literária. O principal argumento de ambos é de que a narrativa histórica é sustentada pela ideia de verdade. Na opinião deles, a História produz uma forma de conhecimento verificável e controlável, que não pode ser encontrada na Literatura. Essas ideias opostas são importantes para as Humanidades, pois refletem diferentes percepções sobre o fato e a ficção e demonstram que uma teoria da História e da Literatura não podem seguir separadas.

Palavras-chave: História, Literatura, Ficção, Fato.

Filhas de uma mesma musa, Revelação ou História, por um lado, Tragédia, Comédia, Epopeia e Lírica (ou o que mais

UEL – PR.

** UFGD – MS.

tardiamente, no século XVIII, convencionou-se chamar de Literatura), por outro, sempre foram e continuam sendo motivo de inquietação no campo acadêmico. Por terem uma preocupação que perpassa a experiência humana, veiculada pela memória, ambas dividem pensadores e impulsionam a criação de diferentes correntes teóricas com metodologias inusitadas. Sobre o Monte Olimpo, as musas, filhas de Mnemosyne e Zeus, riem-se de nós, verdadeiros sísifos, que trabalham arduamente na construção dos argumentos que deslindarão História de Literatura para, num momento seguinte, reiniciarmos a construção dos argumentos que servem para juntá-las numa mesma categoria.

O fato é que, ao procurarmos respostas para diferenciar o *res fictio* do *res factio*, acabamos por encontrar nós mesmos: ou seja, o debate em torno da diferença ou semelhança entre o fictício e o factual desvela algumas de nossas formas de percepção do tempo, as maneiras de narrá-lo, os usos que fazemos da memória, os sentidos com os quais preenchemos nossa existência. Por isso, as contendas plurisseculares no campo intelectual em torno da História e da Literatura têm uma grande parcela de contribuição na construção de nossas identidades e na compreensão ou intolerância que temos “do outro” No século passado, a chama deste debate esteve tão acesa que sua luminosidade atravessou o milênio, ofuscando muitos olhares nos dias de hoje.

Foi no século passado que surgiu a chamada Escola dos *Annales*. Fruto de uma revista, ainda ativa e que comemora neste ano seu octogésimo aniversário, a Escola dos *Annales*, também conhecida como *La Nouvelle Histoire*, foi fundada pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre da Universidade de Estrasburgo (França), e reuniu em torno de si, ao longo dos anos que se seguiram, historiadores como Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, cujas ideias principais foram sumariadas, num livro de Perter Burke (1991) bastante conhecido, *A Revolução francesa da Historiografia: a Escola dos ‘Annales’ 1929-1989*,

publicado em 1990. Segundo o historiador inglês, as três principais contribuições da Escola dos *Annales* para o fazer historiográfico no século XX são: a) substituição da narrativa de acontecimentos por uma história problema; b) um fazer historiográfico voltado para a abordagem de todas atividades humanas e não apenas a política; e c) a colaboração com outras disciplinas como Psicologia, Economia, Linguística, Geografia, Sociologia, Antropologia etc.

Pode-se dizer, de maneira um tanto generalista, pois durante oito décadas de existência a revista serviu como palco de debates das mais variadas ideias e opiniões, que essa nova perspectiva do fazer historiográfico realizado pela Escola dos *Annales*: a) contribuiu para problematizar a narrativa historiográfica, ora afastando-a da ciência e tratando-a como um discurso literário”¹ ora reatando os laços entre a História e o discurso científico; e b) preparou o terreno para a chamada “história do presente” que dirigiu o olhar dos historiadores para a compreensão e análise de práticas culturais, entendendo cultura como “todo modo de vida” A consideração da cultura enquanto conceito e, especialmente, como ação humana adensou a questão, arrastando a Antropologia para o salão, sobretudo com o empréstimo da contribuição de Clifford Geertz.

A seguir, discutiremos esses dois aspectos não de maneira isolada, e buscamos, com isso, desenhar uma cartografia de ideias sobre a inquietante relação entre a História e a Literatura.

¹ O grande arauto desta ideia é, certamente, Hayden White, cuja obra será motivo de discussão ao longo deste artigo. White não se liga diretamente à Escola dos *Annales*, mas muitos dos historiadores que assimilam os preceitos do fazer historiográfico propagado pelos *Annales*, durante os anos de 1970, estavam em sintonia com seu pensamento.

A CARTOGRAFIA DA ATRAÇÃO

No que diz respeito ao tratamento da narrativa historiográfica como texto que compartilha ferramenta da escrita literária, alinham-se historiadores, entre outros, como Lawrence Stone, Peter Gay, Paul Veyne, Peter Burke, Dominick La Capra, Lloyd Kramer e Hayden White, que põem em xeque *mutatis mutantis* os paradigmas “arte e ciência” “fato e ficção”² Fazemos aqui uma referência ao ensaio de Hayden White intitulado “O Texto Histórico como Artefato Literário” cuja primeira versão é de 1974, feita para o Colóquio de Literatura Comparada da Universidade de Yale, e o qual, juntamente com “O Fardo da História” de 1966, reunidos posteriormente em *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, viriam a se tornar os textos mais contundentes na afirmação de que a narrativa historiográfica é literária. Nas palavras do autor:

Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes na ciência. (WHITE, 1994: 98)

Um outro importante ensaio que corrobora as ideias de Hayden White, publicado um ano após “O Fardo da História” foi “O Discurso da História” assinado por Roland Barthes, reunido posteriormente em *O Rumor da Língua*, no qual ele faz uma leitura da narrativa historiográfica, despin-do-a de uma cientificidade, a partir de uma análise semiótica. Para Barthes,

Destaco aqui o artigo “História e Literatura: Fronteiras Móveis e Desafios Disciplinares” de Antonio Celso Ferreira, professor de História da Cultura da Unesp de Assis, publicado em 1996, que traz um apanhado dos principais pensadores que defendem ou não a História como Literatura. Este artigo, passados 13 anos de sua publicação, é uma importante fonte para compreender como se deu este debate no campo da historiografia brasileira.

Quando, num historiador, predominam as unidades indiciais (remetendo a cada instante para um significado implícito), a História é arrastada para uma forma metafórica, avizinhando-se do lírico e do simbólico: é o caso, por exemplo de Michelet. Quando, ao contrário, são as unidades funcionais que levam a melhor, a História toma uma forma metonímica, aparenta-se à epopéia: poderíamos dar, como exemplo puro desta tendência, a história narrativa de Augustin Thierry. (BARTHES, 1988: 127-8)

A sintonia entre Barthes e White parece ficar mais evidente quando aquele autor questiona a cientificidade do discurso da História, apontando a metáfora e a metonímia como tropos imanentes na historiografia. Não seria demais acentuar que a principal obra de White, *Metahistória*, de 1974, está alicerçada no argumento de que a historiografia de cada período é determinada por um tropo, ou seja, uma figura de estilo. O historiador e então professor de Literatura Comparada da Standford University, acrescenta a sinédoque e o “metatropo” ironia, além da metáfora e metonímia barthesiana, e as demonstra em narrativas de Jules Michelet (1798-1874), Leopold von Ranke (1795-1886), Alexis de Tocqueville (1805-1859) e Jacob Burkhardt (1818-1897).

A abordagem whiteana, além de provocar incômodos consideráveis, permite, a contrapelo, perceber que o conhecimento histórico dialoga com o instante histórico de sua produção de duas maneiras, pelo menos: uma se refere às indagações e temas que coloca ao passado; a outra se refere ao tema do passado ou, de uma forma diferente, a qual evento pretérito importa. Tal questão, inicialmente, pode parecer de relevância pequena, mas ganha importância quando avaliamos que não se pode mais pensar numa história universal, cujo protagonismo é desta ou daquela sociedade. Evidencia-se que a problemática irá, inevitavelmente, transferir alguma interferência para história-conhecimento e, sem dúvida, para forma de construção desse saber.

Quando White tomou intelectuais de relevância para o século XIX, ele esteve enfrentando “monstros sagrados” que

marcaram aquele século (século da ciência, da industrialização, da colonização europeia, enfim, da expansão vigorosa do capitalismo). Ainda se acreditava no protagonismo da Europa e de sua civilização; a ciência e o conhecimento só poderiam vir do Norte. Foi assim, que as obras produzidas pelos autores enfrentados por White seriam vistas como marcas na consolidação de um tipo de saber científico, em particular, da História. Como sabemos, muita água correu por baixo da ponte do tempo e, contemporaneamente, se invocamos nossos antepassados, esse ato é também um ato memorativo e, igualmente, mítico porque buscamos referentes fundacionais de nosso fazer e de nosso campo.

A reaproximação e o entendimento da História como artefato literário, aparentemente, gozavam de certa calma na segunda metade do século XX, principalmente devido aos ideais do chamado “Pós-Modernismo” termo criado pela academia estadunidense e respaldado pela francesa (CALINESCU, 1987). Obras como *A Condição Pós-Moderna*, de Jean-François Lyotard, de 1979, que postula haver duas grandes metanarrativas de legitimação de conhecimento: a mítica (tradicional) e a projetiva (moderna), serviram, indiretamente, para enfatizar ainda mais a prevalência da arte do que da ciência no discurso historiográfico.

Linda Hutcheon (1991), ao se debruçar sobre a poética da pós-modernidade, aproximou ainda mais as narrativas históricas e literárias, por meio do que denominou “metaficção historiográfica”. De acordo com Hutcheon: “o que a escrita pós-moderna da História e da Literatura nos ensinou é que a ficção e a História são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado” (1991: 122). Ainda segundo a autora, a metaficção historiográfica permitiu a “refocalização da historiografia” visto que “coincidiu com a reorientação dada pelo feminismo ao método histórico, no sentido de enfatizar o passado dos “ex-cêntricos” anteriormente excluídos (as mulheres – mas também a classe trabalhadora, os *gays*, as minorias étnicas e raciais etc.)” (1991: 130). O trecho citado de Hutcheon abre margem para discussão de um outro aspecto

responsável pela reaproximação da Literatura e da História: os estudos culturais. Gêneros como biografias, autobiografias, diários, literatura epistolar, relatos de viagem, narrativas testemunhais e orais foram e continuam sendo alguns muito apreciados por pesquisadores de ambas as disciplinas nas últimas três décadas, principalmente, na academia brasileira.

Nessa reorientação do fazer historiográfico, a narrativa assume uma importância demasiada, ampliando a noção de tempo entre os historiadores. Se o discurso não está preso às amarras científicas, se o historiador pode se livrar do “fardo” parafraseando Hayden White, a sua narrativa não tem mais o comprometimento de “reconstituir” o passado. Assim, o historiador elege a narrativa mnemônica como sua principal interlocutora. Nela, o tempo não é encarado como o fato em si, pois perde a função reparadora do passado, mas dilui-se na própria narrativa que o engendra. É no trato com a memória, e remetemo-nos, a título de exemplo, às entrevistas de história oral nas quais a memória do entrevistado é filtrada pelo contexto em que ele a atualiza, que o historiador se depara com uma arqueologia de ideias. Daí haver uma “história do presente”³ que pode ser entendida como uma história cultural, ou melhor, história das práticas culturais, visto que leva em conta o papel ativo da linguagem na descrição/construção de uma realidade histórica.

Desse debate emerge de forma vigorosa um tema que é central na “operação historiográfica”⁴: a produção de uma

³ O conceito de História do Presente é, muitas vezes, aceito com reservas pelos historiadores. Muitos a entendem como uma “história imediata” em contraposição à *histoire événementielle*, em razão de os eventos narrados ainda estarem em circulação nos jornais. No entanto, há vozes dissonantes, como Robert Frank, diretor do Institut d’Histoire du Temps Présent, criado já em 1978, para quem “a história do tempo presente não é a história imediata, pois ela não se interessa só pela espuma da actualidade, inscrevendo-se antes nas profundezas e na espessura do tempo histórico” (Apud BEBIANO, 2003: 226).

⁴ Michel De Certeau (1982 [1972]) foi extremamente feliz ao adotar a ideia de que o saber na História tem a ver com uma “operação historiográfica” ato que

forma compreensível sobre o fenômeno desaparecido. É relevante destacar que a História que emergiu na segunda metade do século XIX sofreu profundas modificações que a transformaram numa forma de conhecimento altamente especializada. Desde as preocupações com as fontes, o “documento” no dizer convencional, chegando às preocupações com o fenômeno representacional, o trabalho do historiador incorporou uma vasta gama de temas que reivindicam reflexões. Tais aspectos, aqui apenas sumariamente recordados, demonstram o grau de modificação ocorrido na área de História, além de evidenciar que ao se identificar o que se convencionou denominar de “crise dos paradigmas”, os Historiadores se defrontaram com aspectos que, tudo indica, sempre acompanhou suas ações no sentido de que possíveis consensos e estabilidades na área foram impressões ou sensações passageiras.⁵

Ainda que o debate sobre a narrativa tenha adquirido *status* de “objeto” ou “fenômeno”, acreditamos estar distante a elaboração um consenso razoável em relação ao seu espaço no trabalho historiográfico. E a dificuldade decorre da resistência verificada entre os historiadores, especialmente aqueles que ainda perseguem macronarrativas, em considerar a produção textual enquanto componente essencial para a historiografia. Esse entendimento, o da relevância do texto para o conhecimento histórico, está muito além das preocupações formais, como as de observação da *legislação gramatical*. O debate, nos parece, vincula-se à aceitação de que a operação

envolve procedimentos de conhecimento da feitura textual. De sua compreensão é oportuno extrair o seguinte: “Encarar a História como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um ‘lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), ‘procedimentos’ de análise (uma disciplina) e a construção de um ‘texto’ (uma literatura)” (DE CERTEAU, 1982: 66)

⁵ A mais poderosa e incômoda crítica dirigida à História surgiu da pena do especialista em Antiguidade Clássica, o historiador francês Paul Veyne, em seu renomado livro *Como se escreve a História*, publicado na França em 1971.

historiográfica necessita relevar também a escritura porque é por meio dela que o passado será conhecido e compreendido, desde a finalização dos procedimentos de base empírica. Com De Certeau, postulamos que a feitura do texto historiográfico leva à produção de certa literatura na qual é depositada a compreensão estabelecida enquanto resultado das etapas anteriores do processo investigativo. O texto enquanto resultado da pesquisa é o fenômeno material do conhecimento histórico; trata-se, pois, do *produto* pelo qual o passado ganha outra vida, a textual, configurado pela ação teórico-metodológica. Esse outro fenômeno, resultante de uma prática intelectual-cognitiva suporta a representação do objeto que foi trabalhado pelo historiador.

Se, para historiadores como Burke, a narrativa é um problema, no sentido de que ela pode criar dificuldades fundamentais ao exercício do historiador, principalmente porque, se for tomada em si, talvez se “[...] corra o risco de se tornar indistinguível da descrição e da análise” (1992: 328), não nos parece mais possível adotarmos a estratégia da avestruz – escondendo a cabeça, enquanto o restante do volumoso corpo fica exposto ao relento. É aceitável pensar sobre a escritura do texto histórico com tamanha atenção quanta dedicamos à elaboração de problemáticas e ainda ao cuidadoso trabalho com as fontes. É aqui o cerne da questão: tomar as preocupações sobre a produção do texto historiográfico e conferir a ele o mesmo grau de reflexão e cuidado dedicado às etapas e que também integram a *operação historiográfica*.

Parece-nos absolutamente aceitável que o texto historiográfico integre outra classe de escritos, diferenciando-se em sua base informativa daqueles pertencentes ao que se convencionou chamar de Literatura. Sem se pretender nuançar distinções, cabe lembrar que no âmbito da narrativa é possível perceber que os dois artefatos – o texto literário e o historiográfico – ocupam-se de experiências existenciais, individuais ou coletivas, compartilhando também mecanismos discursivos que promovem a compreensão de fenômenos. O

desafio residual diz respeito à compreensão do fenômeno narrativo e à elaboração de estratégias que o fortaleçam, no campo historiográfico, atribuindo-lhe eficácia a partir de sua finalidade: cumprir uma função representativa do passado. Esse tipo de proposta já foi tangenciado por Burke (1992) ao destacar a longevidade da narrativa entre historiadores, apontando ainda formatos possíveis de textos historiográficos. Contudo, cabe notar que Burke parece muito mais preocupado com os *efeitos do texto historiográfico*, delineando uma reflexão que se aproxima mais da estética do que propriamente de elementos da natureza do trabalho historiográfico.

Trata-se de considerar que textos históricos e textos literários são artefatos culturais e que a tarefa mais recorrente de ambos é atribuir compreensões e sentidos às coisas do mundo. Em linhas gerais, embora correndo enorme risco de simplificar demasiadamente essa questão, o passado só ganha relevância como conhecimento quando escrito e é no ato da escritura que escritores e historiadores lançam mão de componentes discursivos comuns (tropos). Essa discussão surge no Brasil, conforme já apontada aqui, com mais ênfase somente a partir da publicação dos livros de Hayden White. Emersos no início da década de 1970, esses trabalhos ressoaram no Brasil no início da década de 1990 – ou seja, duas décadas depois – período em que foram traduzidos e aqui publicados. No interior dos textos, esse polemista da história tomou as obras de importantes intelectuais do século XIX, submetendo-as a análise na perspectiva de entender os “estilos” e formas historiográficas de cada um, inserindo-as em modelos narrativos inerentes ao século XIX. Com Hayden White, ganha relevo a avaliação do produto escriturístico que resulta dos esforços de pesquisa realizados no campo da História.

É interessante anotar que H. White parece ter atraído mais reprimendas, por parte dos historiadores, do que Paul Veyne (1992), autor de “Como se escreve a história” também publicado início da década de 1970. Nesse livro de grande circulação internacional, Veyne adensou a polêmica sobre o

estatuto histórico e, sem meias-palavras, logo no sexto parágrafo da introdução, abre fogo contra as tentativas de se tomar a História como ciência. Para Paul Veyne, importante historiador especializado em Antiguidade Clássica:

A História não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História, da qual muito se tem falado nesses últimos séculos, não existe. (VEYNE, 1992: 8)

E, logo na sequência, lança indagações profundamente incômodas:

Então, o que é a História? O que fazem, realmente, os historiadores, de Tucídides a Max Weber ou March Bloch, quando saem de seus documentos e procedem à 'síntese'? O Estudo, cientificamente feito, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora? A ciência do homem em sociedade? Das sociedades humanas? [...] os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a História é um romance real. Resposta que, à primeira vista, não parece dizer muita coisa... (VEYNE, 1992: 8)

Há, em linhas gerais, aproximações e distanciamentos na compreensão de White e Veyne acerca do conhecimento histórico. A aproximação se refere à insinuação a respeito de eventuais certezas absolutas no resultado do trabalho historiográfico e a distância tem a ver com o encaminhamento dos questionamentos feitos à História enquanto saber autônomo e particular. Ambos trazem para uma reflexão as preocupações com a natureza do saber histórico numa perspectiva de submeter o ofício do pesquisador em História às constantes críticas que acabam por revitalizar a área.

Ao destacar as ponderações acima, queremos reforçar que essa discussão é bastante espinhosa pela complexidade e dificilmente possibilitará alcançarmos algum tipo de consenso. De volta às preocupações com o texto histórico e com o texto literário, compreendemos que historiadores constroem

uma narrativa, distinta da literária, embora compartilhando estratégias de forjamento do texto literário. O produto, o do historiador enquanto intelectual, é o texto, não o passado em forma absoluta e pura. Não se resgata o passado de volta, não há ressurreição para fenômenos históricos; forja-se uma trabalhosa e delicada operação de entendimento do que não existe mais e, ao construirmos um modelo explicativo para fatos e fenômenos de ontem, procedemos, na sequência, à elaboração de uma narrativa que portará um artefato compreensivo e explicativo que será apropriado por alguém.

O discurso historiográfico, direto ou indireto, não tem artifícios suficientes para ocultar a “mão” do historiador, organizando e sistematizando, escolhendo, enfim, racionalizando o que nem sempre foi racional e organizado. O discurso historiográfico não é o passado, mas um arranjo elaborado sobre nossos antepassados. Trata-se de um simulacro que encontra no texto o caminho e a forma para demonstrar as estruturas da experiência vivenciada.

A extensão e a complexidade dessa problemática garantem vasto campo para reflexões e análises. Ainda sobre os entendimentos da atração entre História e Literatura, o historiador Durval Albuquerque (2007) chama a atenção para a possibilidade de pensarmos a Literatura como parceira da História, o que implica abandonar o princípio de antagonismo geralmente presente nessa situação. Trata-se de um desafio porque, em geral, pensamos a História a partir de outras áreas (humanas ou sociais), como a Filosofia, a Sociologia ou a Antropologia. A aproximação da produção historiográfica com a produção literária, certamente, não se dá de maneira unilateral e sem preocupações, mas o princípio de que são campos excludentes parece cada vez menos crível.

De acordo com a proposição estabelecida por Albuquerque, o enfrentamento realizado entre a História e a Literatura, sobretudo a partir das trincheiras cavadas pelos historiadores, pode ter relação com questões de gênero. De acordo com Albuquerque:

Talvez a diferença entre a História e a narrativa seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que, na cultura ocidental moderna, se define como sendo o masculino, enquanto a Literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A História seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A Literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico. Só com a Literatura ainda se pode chorar. A História masculinamente escavaria os mistério do mundo exterior, iria para a rua ver o que se passa; a Literatura ficaria em casa, percrustando a vida íntima, o mundo interior, femininamente preocupando-se com a alma. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 49)

A compreensão estabelecida por Albuquerque é instigante, especialmente porque enuncia espaços ocupados pelas duas disciplinas no interior do sistema de saber ocidental. Há definição quanto ao espaço preenchido, o que implicaria, certamente, relações de poder entre os campos. A História teria uma tarefa mais severa e rígida a ser desempenhada, enquanto que à Literatura caberia o ambiente do sensível, vinculado ao emotivo e ao recôndito. Se essa compreensão for aceita, é possível vinculá-la ao antigo debate promovido por Veyne acerca do caráter – se quiserem – da natureza científica ou não da História.

À possibilidade lembrada por Albuquerque Júnior é cabível associar uma outra: a identidade da História. Se aceitarmos a indissociabilidade entre História e Literatura, ou mais ainda, a equivalência entre ambas, o campo historiográfico perderia sua relevância. No contexto da polêmica há a questão do poder que atravessa o debate e a busca de alguma heteronomia. A constante reafirmação da diferença. Consequentemente, demonstra que o perfil identitário está sendo posto à prova, bem como os múltiplos significados que esse

aspecto provoca na Literatura e na História. Como se pensar em equivalência para áreas que procuraram auto-afirmações até há pouco tempo?

A polêmica permanece frequentando o campo da História, especialmente porque ela estabelece relações com a expressiva especialização da área, fenômeno que se apresenta relacionado à profissionalização dos historiadores. Os anos 1970 brasileiros são marcantes na estruturação de um vitorioso sistema de pós-graduação, permitindo que se verificasse um salto na produção historiográfica. Mas essa profissionalização produziu um deslocamento do campo, qual seja, a academia ou a universidade pública brasileira foi transformada no espaço por excelência da formação da intelectualidade historiográfica brasileira e requereu para si o direito de induzir a formação de um complexo de procedimentos indispensáveis para a produção do saber sobre o passado. Em outras palavras, os historiadores universitários reivindicaram – e permanecem reivindicando – a autoridade de “dizer e escrever” a respeito do passado, reproduzindo procedimentos que, em tese, assegurariam a autonomia da área. Não é possível desenvolver mais e melhor esse aspecto aqui, mas é indispensável acrescentar que a fundação e a consolidação da contemporânea Associação Nacional de História e, ainda, de seu periódico oficial, a *Revista Brasileira de História* (RBH), criada pela professora Alice Canabrava, expressam parte desse ambicioso projeto de construção de uma historiografia brasileira de grande envergadura, cuja tarefa fundamental é proporcionar a construção de um discurso erudito e qualificado e que emerge da ação de profissionais da História.

A CARTOGRAFIA DA DISJUNÇÃO

As críticas e correntes teóricas que conferiam à narrativa histórica um tratamento literário não foram e não são unânimes. Vozes de ambos os lados (tanto da Literatura como da História) ergueram-se para defender a especificidade de cada

narrativa. Acrescentamos no debate dois autores que refletem bem a defesa de que o discurso histórico e o texto literário são diferentes: Roger Chartier e Luiz Costa Lima. Justificamos a escolha: Roger Chartier apresenta um posicionamento contrário ao entendimento de que a narrativa histórica pode ter o mesmo tratamento da literária bem no momento em que o debate tem pleno vigor na academia brasileira. Trazemos deste autor um artigo publicado na prestigiada revista *Estudos Históricos* da FGV/CPDOC, em 1994, que, por coincidência ou não, apresenta no mesmo número um outro artigo assinado por Hayden White, que tem o sugestivo título “Teoria Literária e Escrita da História”. A escolha de Luiz Costa Lima recai sobre o fato de o mesmo reacender este debate com a publicação de *História. Ficção. Literatura*, publicado em 2006, num momento em que a tese da metaficção historiográfica solidificava suas raízes nas Humanidades. Além disso, é importante lembrar que o livro *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação no Ocidente*, do mesmo autor, publicado na década de 1980, serviu como argumento para muitos dos simpatizantes da tese do discurso histórico como literário, por lançar as bases para uma crítica ao racionalismo setecentista, ao discutir o veto ao ficcional e o controle do imaginário em vários discursos da época.

Em “A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas” Chartier abre a discussão, citando o editorial do número de março-abril de 1988 da Revista dos *Annales*, que dizia:

Hoje, parece ter chegado o tempo das incertezas. A reclassificação das disciplinas transforma a paisagem científica, questiona as primazias estabelecidas, afeta as vias tradicionais pelas quais circulava a inovação. Os paradigmas dominantes, que se iam buscar nos marxismos ou nos estruturalismos, assim como no uso confiante da quantificação, perdem sua capacidade estruturadora (...) A História, que havia baseado boa parte de seu dinamismo em uma ambição federativa, não é poupada por essa crise geral das ciências sociais. (Apud CHARTIER, 1994: 97)

Este trecho do editorial da *Revista dos Annales* torna-se interessante por dois motivos: primeiro, por se tratar do editorial de uma revista na qual orbitaram alguns dos mentores da tese da História como gênero literário; segundo, por culpar a ausência de princípios estruturalistas, marxistas e quantificadores como responsáveis pela “crise” das ciências sociais. Em outras palavras, o que, na verdade motiva a “crise” segundo Chartier, é a ausência de um paradigma capaz de sustentar o “fazer científico”. Sendo assim, ele propõe, em vários momentos ao longo de seu artigo, que o caminho não é a volta para uma história “galileana” de caráter estruturalista, a qual submete a narrativa historiográfica aos “procedimentos do número e da série” (CHARTIER, 1994: 99). Mas, ao mesmo tempo, não nega a crise, por entender que a História apresenta um caráter muito mais atrelado às ciências sociais, por ter um compromisso com a verdade. Em suas palavras:

é preciso lembrar que a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto. Mesmo que escreva de uma forma ‘literária’ o historiador não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio. [...] Dependência, continuando, em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são as do seu “ofício” (1994: 109)

E adiante:

[...] não é, ou não é mais, possível pensar o conhecimento histórico, instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do ‘paradigma galileano’ matemático e dedutivo. O caminho é, portanto, forçosamente estreito para quem pretende recusar, ao mesmo tempo, a redução da História a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória, e a definição de sua cientificidade a partir unicamente do modelo do conhecimento do mundo físico. (1994: 113)

Chartier ainda cita o ofício de historiadores empenhados na “produção e aceitação das falsificações”, afirmando que o compromisso deles é o de produzir a verdade. E enfatiza que: “É voltando sobre seus desvios e suas perversões que a História demonstra que o conhecimento que ela produz se inscreve na ordem de um conhecimento controlável e verificável” (CHARTIER, 1994: 112). Desse modo, Chartier não nega aquilo que a Escola dos *Annales*, segundo Peter Burke (1991), vai propor: um fazer historiográfico voltado para a abordagem de todas atividades humanas, multi e transdisciplinar e, também, problematizador. Aliás, é a maneira como o historiador vai tratar do problema que, na análise de Chartier, o vai diferenciar do escritor da literatura, e o historiador contemporâneo daquele “matemático” do século XIX. O compromisso com a verdade, sem cair no argumento físico e matemático, é o motor desta diferença.

Recentemente, num pequeno livro, Chartier volta a tocar no assunto. Num diálogo com vários historiadores europeus, Ginzburg é um deles, Roger Chartier prossegue o debate acerca da escrita histórica e os sentidos que essa ação produz. A longeva preocupação que envolve o acontecimento e o texto que procura dar conta do mesmo impôs o posicionamento dos historiadores. Nas palavras de Chartier:

Essa interpelação suscitou uma profunda preocupação, já que, durante muito tempo, a História havia esquivado sua pertinência à classe dos relatos e havia apagado as figuras próprias de sua escritura, reivindicando seu cientificismo. Assim quer se trate de uma recompilação de exemplos à moda antiga, quer se ofereça como conhecimento de si mesma na tradição historicista e romântica alemã, quer se proclame ‘científica’, a história não podia senão recusar pensar-se como um relato e uma escritura. (CHARTIER, 2009: 12)

Como afirmamos anteriormente, o argumento de Costa Lima está assentado numa análise mais densa, na qual o autor reclama, já no prefácio, da “carência de uma reflexão com-

parativo-constrativa entre a poesia e a História” (2006: 16) e toma Hayden White como o principal interlocutor. A falácia whitiana reside no fato de que o historiador estadunidense, segundo Costa Lima: a) não sustenta a diferença que faz entre “romance” “romantic” e “novel” e, por isso, “aproxima obras de fisionomia tão diversa que é difícil admitir que se fundem em algum procedimento” (CHARTIER, 2008: 19); b) define as formações de enredo, modos pré-configuracionais caros à *linguistic turn*, como originariamente poéticas, tornando-as exaustivas.

Costa Lima não deixa de perceber que a ideia dos modos pré-configuracionais whitiana serve como estofa também para a separação entre o discurso historiográfico e o ficcional. Explicamos: de acordo com Costa Lima, o princípio fundador do discurso ficcional é pôr a verdade entre parênteses, ao passo que “a escrita da História tem por aporia a verdade do que houve” (2006: 21). O discurso historiográfico se erige com base numa verdade “sem fissuras ou quebras” – *a-poros* – e torna-se a base elementar e diferenciadora de sua “companheira-adversária, a poesia” (2006: 39).

Mas que verdade é esta? Ela é arbitrária, pois dada dentro do paradigma da aporia, já que é próprio dum pensamento aporístico tornar sua definição inicial não demonstrável, visto que zero é o ponto de partida que não se esclarece? Ela remete à ingênua pré-configuração de “reconstituir” o passado? Ela é perpétua e imutável? O autor de *História. Ficção. Literatura* perscruta o sentido da aporia no discurso historiográfico, tomando como base Tucídides (460-455? – 450 a.C.) e Heródoto (485? – 420 a.C.) na Grécia Antiga. Foge ao escopo de nossa análise uma explicação mais detida sobre como Costa Lima recupera o sentido da verdade nas obras desses historiadores. Interessa-nos observar como a relação fictício/factual vai-se operando por meio do argumento base de seu livro: a presença de uma aporia na História, que se transforma na busca da verdade.

Assim, nas palavras de Costa Lima:

[...] indagar a escrita da História significa perguntar-se pela veracidade do relato-objeto. A descontinuidade concerne à maneira como se enfrenta a aporia da História = verdade. O conceito de 'régimes d'historicité' implica que, ao mesmo tempo, é possível escrever uma história da historiografia e levar em conta a diversidade de posições que assume a postulação da verdade. O tempo não é só o que passa e nos dissolve. O tempo é constitutivo do que nele se faz. (COSTA LIMA, 2006: 57)

Logo, a verdade, ou a busca dela, é um modo pré-configuracional do discurso historiográfico, ao passo que “o fictício-poético se acerca da verdade não por se manter próximo da realidade, mas por abrir caminhos para o que está sob ela: o real” (1994: 269). Se o tempo é, como é possível ler nas entrelinhas do texto de Costa Lima, um agente corrosivo da verdade, é natural que a verdade da escrita da História seja, em sua essência, porosa, apesar de sempre buscar uma aporosidade; “a aporia da História há de considerar que seu conteúdo, a verdade, é sempre incerto” (1994: 104). No entanto, isso “não a torna *constitutivamente imaginativa*” (1994: 65), pois a verdade na historiografia não vai reduplicar o que já está no fato, mas submetê-lo a uma deliberação judicativa. O historiador é aquele que denunciará o “falsário” como escreve Chartier em seu artigo.

A envergadura intelectual de Costa Lima impressiona e sua máquina argumentativa volta-se, a todo momento, para demonstrar a intenção de aporia na escrita da História. O objetivo principal de *História. Ficção. Literatura* não é derrubar os argumentos de Hayden White um a um e isso se reflete também na seleção distinta dos textos historiográficos feita por ambos os autores. Enquanto White se debruça nas obras de Michelet, Ranke, Tocqueville e Burkhardt, cuja produção historiográfica é datada do século XIX, Costa Lima centra seu foco em Tucídides e Heródoto no século V a.C., fazendo nuances aos historiadores oitocentistas, o que dá a entender que o princípio da aporia é, *mutatis mutantis*, o mesmo. White está tratando de um período marcado pela transição entre o historia-

dor diletante e o profissional, enquanto Costa Lima circunscreve sua análise ao historiador-narrador. Trata-se de narrativas com diferenças gritantes e o autor se exime de fazer uma leitura desconstrutiva dos modos pré-configuracionais no qual se instalam os tropos discursivos de Hayden White (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia). Se a aporia no discurso da História implica uma relação entre o narrador e aquilo que é narrado, a metáfora e a metonímia, como demonstraram Roland Barthes e Hayden White, aparecem também como fruto dessa mesma relação. A questão que fica em aberto é: o que invalidaria os argumentos de Barthes e, posteriormente, de White?

O corolário é que se pode falar em duas análises, duas perspectivas de se entender o discurso da História. Por isso, há tratamentos diferenciados do mesmo tema, como quando interpretam o “testemunho” no discurso da História. Para Roland Barthes, o discurso da História constitui-se por um “*shifter* de escuta”. O *shifter* decorre do fato de que o discurso menciona o “acontecimento relatado” e “ao mesmo tempo, o acto do informador e a fala do enunciante que a ele se refere” (BARTHES, 1988: 122). E ainda ele observa:

A escuta explícita é uma escolha, pois é possível omiti-la; ela aproxima o historiador do etnólogo, quando este faz menção do seu informador; encontramos, portanto, abundantemente este “*shifter* de escuta” em historiadores-etnólogos, como Heródoto. Assume formas variadas: vão das intercaladas do tipo “como ouvi dizer” “tanto quanto sabemos até ao presente” do historiador, tempo que atesta a intervenção do enunciador. (1988: 12). Aspas do autor.

Adiante, Barthes afirma que o *shifter* tem por função “*descronologizar o fio histórico*” ao passo que restitui um tempo não linear e nostálgico, “tempo mítico das antigas cosmogonias, também ele ligado por essência à palavra do poeta ou do advinho” (1998: 123).

Na perspectiva de Luiz Costa Lima, temos o contrário: “Heródoto tinha o cuidado de não confundir o que pensava

com o que lhe haviam dito, ora recusando o que registrara, ora declarando haver outras opiniões, ora dando seu endosso” (2006: 52).

Além disso, há mais um aspecto que nos chama a atenção: a análise de Costa Lima leva em conta os mecanismos de produção do discurso historiográfico, mas ignora a maneira de circulação que confere sentido e significado ao texto circulado. Quando um texto se constitui sob a égide da verdade, como Costa Lima vê na escrita da História, deve-se levar em conta que há outras chancelas que escapam à vontade autoral da construção/representação de uma verdade. A literatura está cheia de exemplos. Para ficarmos com um, citamos *A Casa dos Budas Ditosos*, de João Ubaldo Ribeiro, em que a nota introdutória aponta para uma confusão entre as bordas da ficção e do fato:

No final do ano passado, depois que alguns jornais noticiaram que a editora responsável por esta publicação me havia encomendado um texto sobre o pecado da luxúria, os originais deste livro e o recorte da nota de um dos jornais em questão foram entregues por um desconhecido ao porteiro do edifício onde trabalho, acompanhados de um bilhete assinado pelas iniciais CLB. Informava que se trata de um relato verídico, no qual apenas a maior parte dos nomes das pessoas citadas foi mudada, e que sua autora é uma mulher de 68 anos, nascida na Bahia e residente no Rio de Janeiro. (RIBEIRO, 1999:10)

Mesmo que a nota afirme uma vontade do autor de conferir veracidade à sua obra, a maneira como a obra chega até nós, por meio de uma coleção de “romances” que vai tratar dos sete pecados capitais, assinada por um escritor famoso da literatura brasileira, por ser referenciada na mídia como “o romance de João Ubaldo” faz com que o público dê um tratamento de ficção à narrativa e dispense a intenção de a tornar verdadeira.

Esta digressão pode ser completada por um outro exemplo, o de textos intitulados “lendas urbanas”, que se fazem circular pela *internet*, cujo conteúdo é precedido de uma nar-

rativa inusitada, como “tive um rim roubado” e buscam alertar o leitor para acontecimentos verídicos, mas que não passam de trotes.

A verdade, enquanto uma produção social, não depende apenas das intenções do escritor de conferir uma aporia à sua narrativa. Mesmo que a aporia da História seja um fator diferencial para afastar o discurso historiográfico do literário, não é possível negar que há no alvorecer da narrativa historiográfica tropos discursivos que a aproximam da Literatura. Semelhante observação seria cabível à operação literária, para usarmos uma expressão inspirada em De Certeau? Nessa trajetória, cabe propor a seguinte problemática: é possível pensar na ficção literária, ou na literatura enquanto campo estético mais amplo, sem levar em conta a experiência histórica desta ou daquela outra sociedade? Há mecanismos que permitam à escrita ficcional o desenvolvimento de uma trama, de um enredo deslocado das experiências existências da sociedade humana? Se a resposta for sim, retiraríamos a Literatura do contexto cultural e a colocaríamos entre os fenômenos da natureza.

Há ligações entre os campos literário e histórico. É possível que essa questão atormente mais a historiadores que a literatos e artistas. Lançamos mão de um outro exemplo, extraído de comentários de Chico Buarque:

Não sei exatamente onde encontrei meu romance. Queria escrever, não queria mexer com música. Assim como nunca estive em Budapeste, nunca estive em 1929, quando se passa a ação. E encontrei meu narrador ao ouvir novamente a música ‘O Velho Francisco’ [1987], um velho centenário, da época do Império ainda.

[...] E [Chico] contou que não fez pesquisa histórica rigorosa. ‘São coisas que eu ouvi. Não tenho 100 anos, mas tenho 65. Com a idade, a gente passa a ter mais intimidade com o passado. Claro que, como filho de historiador, ouvi falar muito, em casa, de informações paralelas, de fofocas que não saíam nos livros.

Um exemplo: 'Um primo comprou a cama da Marquesa de Santos e queria saber como autenticar aquilo. E meu pai falou: 'Mas a marquesa de Santos tinha muitas camas; essa não vale nada' e coisa assim. (FOLHA DE S. PAULO, 2009: C 5)

O trecho acima é parte de uma atividade realizada na Feira Literária de Parati, no início do mês de julho de 2009, e que reuniu o compositor, cantor e escritor Chico Buarque de Hollanda e o escritor Milton Hatoum. Para Chico Buarque, além da monotonia que é o processo de escritura, a História integra seu universo intelectual e criativo. Tanto por sua ascendência e ambiente familiar como pelo trabalho criativo, há um diapasão que marca sua experiência literária – e talvez musical? A resposta para a dúvida *Não sei exatamente onde encontrei meu romance*, sobre a origem de *Leite derramado* pode ser a História e, mais precisamente, a história de vida de seu autor. Talvez a Chico não interesse pensar sobre a fonte porque ela é apenas o ponto inicial e que se retrai ante a trama literária.

O que se destaca aqui é o vínculo entre uma memória coletiva, a História, e a criação literária, uma simbiose de difícil separação. Ao partir desse pressuposto, Chico Buarque *não encontrou seu romance ou, o seu narrador*; ele sabia da existência de ambos, que permaneceram encerrados em sua história de vida. O romance e o personagem aparecem com roupagens literárias, mas o espírito de ambos liga-se ao passado do demiurgo que os põe noutra lugar. Sob controle, num outro espaço-tempo, sob outras tramas, romance e personagens reportam-se ao passado.

É certo não se adotar a experiência do autor de *Budapest*, tornando-a válida para toda e qualquer criação artística. Ela nos serve, por ora, para assegurar nossa compreensão acerca da complexidade do trabalho historiográfico e do literário. As questões que, por ora, tocamos se encaixam, seja no que se refere à problemática, seja em relação aos objetos, seja em relação aos procedimentos discursivos que procuram

desvelar conhecimentos de natureza experimentada ou em sua vertente forjada em bases imaginárias.

As ideias expostas aqui não visam a chegar a uma conclusão do tipo “isto ou aquilo é correto” Se é que podemos chegar a algum desfecho, o único que nos cabe é dizer que há uma importância significativa deste debate para os campos de Teoria da História e da Literatura, agora reaproximados. É claro que o debate retroalimenta as ideias tanto num como noutro campo.

Como fez de modo bastante criativo Rildo Cosson (2001), professor de Literatura da UfPel, em seu artigo “Narrativa Ficcional/Narrativa Factual: Anotações sobre Fronteiras Discursivas” podemos imaginar uma situação em que o aluno de Teoria Literária poderá se deparar, ao longo de sua formação, com dois pontos de vistas antagônicos: um, baseado na prerrogativa de que há uma drástica separação entre fato e ficção, em que as ideias são sustentadas por teóricos como Kate Hamburger, Earl Miner, John Searle e, mais indiretamente, Gerard Genette. E, por outro lado, um professor leitor de Roland Barthes, Linda Hutcheon, Michel Foucault e Jacques Derrida, para o qual esta divisão torna-se falaciosa. O aluno, dando continuidade à nossa suposição, poderá achar que a contradição é fruto de um caos didático inerente ao ensino superior. Mas, se esse for o seu entendimento, ela nada mais é do que o fruto de uma ingenuidade. A sobrevivência e também a riqueza das Humanidades residem, exatamente, nas ideias paradoxais que as constituem.

O debate sobre se a narrativa historiográfica é ou não literária não se esgotou. Como Sísifo,⁶ nós, leitores da narrativa historiográfica e literária, podemos sofrer do mal-estar quando vemos as ideias desmoronarem. No entanto, é importante compreendermos que o mal-estar é o ambiente propício de nosso ofício, pois, sem ele, não seríamos requisitados a dar respostas.

⁶ Na mitologia Grega, Sísifo foi condenado por Zeus a empurrar uma rocha até o cume de um morro e, quando estava prestes a terminar, faltavam-lhe forças e a rocha rolava morro abaixo, tendo de reiniciar seu trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *História; a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- BANN, Stephen. *As invenções da história; ensaios sobre a representação do passado*. Trad. Flávia Villas Boas. São Paulo: Edunesp, 1994.
- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Trad. Antônio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BEBIANO, Rui. Temas e problemas da história do presente. In: *A História Tal Qual se Faz*. Coord. de José d'Encarnação. Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003. p. 225-236.
- BURKE, Peter. *A Revolução francesa da Historiografia: a Escola dos 'Annales' 1929-1989*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História; novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.
- CALINESCU, Matei. *Five Faces of Modernity: Modernism; Avant-Garde; Decadence; Kitsch; Postmodernism*. Durham: Duke University Press, 1987
- CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997
- CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7 n. 13, 1994, p. 97-113.
- COSSON, Rildo. Narrativa Ficcional/Narrativa Factual: Anotações sobre Fronteiras Discursivas. In: NOLASCO, Sérgio Paulo (org.). *Literatura Comparada: Interfaces e Transições*. Campo Grande: EdUFMS, 2001.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luiz. *O Controle do Imaginário. Razão e Imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- FERREIRA, Antonio Celso. História e Literatura: Fronteiras Móveis e Desafios Disciplinares. In: *Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História (Unesp)*, Assis, vol. 4, 1996, p.23-44.

- FOLHA DE SÃO PAULO. Para Chico, “escrever é uma chatice” Cader-
no Cotidiano, Sábado, 04 de julho de 2009. Especial, p. C 5.
- GINZBURG, Carlo. Sinais; raízes de um paradigma indiciário. In: *Mi-
tos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti.
São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz S. (org.). *Estudos sobre a escrita da Histó-
ria*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo.
São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo; História, Teoria, Fic-
ção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro; Imago, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2. ed. Campinas: Edunicamp,
1992.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *A Casa dos Budas Ditosos*. Rio de Janeiro:
Objetiva, 1999.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso; Ensaio sobre a crítica da cul-
tura*. Trad. Alípio Correia de F. Neto. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. Teoria Literária e escrita da História. In: *Estudos Históricos*,
Rio de Janeiro, vol. 7 n. 13, 1994, p. 21-48.
- _____. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. Trad. José
Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

ABSTRACT: This article deals with the relationship between History and Literature during the second part of XX century and beginning of XXI century. It is divided into two parts: “Cartography of Attraction” and “Cartography of Disjunction” In the first part, we focus on Roland Barthes’ and Hyden White’s ideas on History and Literature. The two authors understand the History as a literary artifact and analyzed the “scientific discourse’ in the historic narrative. The narrative and the linguistic tropics (such as metaphor, metonymy) are emphasized in their analysis. In the “Cartography of Disjunction” we expanded on the debate on authors such as Luiz Costa Lima, Roger Chartier, and others who understand History as a specific narrative that is different from literary narrative. The main argument of Lima and Chartier is that History narrative is supported by the idea of truth. In their opinion, History produces a verifiable and controllable knowledge, which we cannot find in Literature. These opposite ideas are important to the Humanities, because they regard to the apprehension of facts and

fictions, and demonstrate that the Theory of History and Literature cannot be considered separately.

Keywords: History, Literature, Fiction, Fact.